

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

GABRIELE DE LIMA RODRIGUES

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR
PELO VIÉS PRIVADO NO BRASIL NOS
GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA
ROUSSEFF (2003-2014)**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

NITERÓI

2019

GABRIELE DE LIMA RODRIGUES

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PELO VIÉS PRIVADO
NO BRASIL NOS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF (2003-2014)**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense/Niterói, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Pedagogia.

Orientador:

Prof. Dr. Regis Eduardo Coelho Arguelles da Costa

NITERÓI

2019

GABRIELE DE LIMA RODRIGUES

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PELO VIÉS PRIVADO NO BRASIL NOS
GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF (2003-2014)**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Federal
Fluminense/Niterói, como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciatura no Curso de Graduação em
Pedagogia.

Aprovada em ____ de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Regis Eduardo Coelho Arguelles da Costa – UFF

Orientador

Profa. Ms. Karine Vichiatt Morgan

Parecerista

NITERÓI
2019

A minha família e, principalmente, a minha mãe por toda dedicação, companheirismo e paciência de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor(a) orientador pelo tempo dedicado a mim, pela precisa orientação e todo auxílio neste processo. Aos demais professores do curso pelos conhecimentos transmitidos. Aos amigos que fiz durante esses anos por toda contribuição na construção do conhecimento.

RESUMO

A presente monografia aborda as políticas adotadas em torno da expansão do ensino superior, considerando a grande expansão do setor privado de ensino no Brasil durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014) ambos eleitos com a expectativa de contenção das políticas neoliberais do antecessor Fernando Henrique Cardoso. A questão que pretendo tentar responder e, é claro, sem a pretensão de esgotá-la tendo em vista os diversos motivos pelos os quais nos dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT) houve uma expansão díspar do setor privado em comparação ao público, levantando a questão do porquê esse crescimento foi feito pelo viés privado e não público, porque o ensino superior cresceu em larga escala no governo do PT já que em outros governos já havia demanda da sociedade e alguns programas já existiam. Buscando assim entender as modificações ocorridas na educação superior brasileira por meio de duas mediações principais, o empresariado da Educação e o Estado brasileiro. Farei um levantamento histórico do surgimento do ensino superior no Brasil com análise dos governos que antecederam e análise dos dados do MEC.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior; política; empresariamento da educação.

SUMÁRIO

METODOLOGIA.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - Histórico – O surgimento do Ensino superior no Brasil.....	12
• REPÚBLICA VELHA (1889 -1930).....	
• REPÚBLICA NOVA - ERA VARGAS (1930 – 1944).....	
• REPÚBLICA POPULISTA (1945 - 1964).....	
• DITADURA EMPRESARIAL MILITAR (1964 -1984).....	
• NOVA REPÚBLICA 1985 – ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	
CAPÍTULO 2 - OCTÊNIO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	22
• AÇÃO DO EMPRESARIADO E RELAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS COM O ENSINO SUPERIOR.....	
• FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES.....	
• PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI).....	
CAPÍTULO 3 - Os anos de Governo do PT: Lula da Silva e Dilma Rousseff....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

METODOLOGIA

As fases da pesquisa vêm sendo desenvolvidas da seguinte forma: **1** – Levantar dados bibliográficos sobre os diversos aspectos do tema da pesquisa; **2** – Levantar fontes primárias; **3** – Proceder à leitura e fichamento de textos; **4** – Análise dos dados coletados; **5** – Elaboração da monografia.

A análise dos dados se dá à luz da retrospectiva histórico-dialética¹ do objeto, tendo por base a crítica à economia política. Buscamos assim enriquecer a produção em torno da relação capital, trabalho e educação evidenciando, ao mesmo tempo, suas contradições e incongruências.

¹ Segundo Frigotto (1991) o materialismo histórico-dialético trata do caráter conflitivo, crítico e dinâmico, produz um conhecimento que transforma a realidade e a reflexão não se esgota em si mesma, pois se entende que a totalidade e os fenômenos sociais não são definidos a priori, eles são construídos historicamente.

INTRODUÇÃO

A mercantilização da educação superior brasileira, que tem como essência a lógica do mercado, impulsiona, cada vez mais, empresários, hoje conhecidos como a nova burguesia de serviços educacionais, interessados em ampliar seus negócios na área educacional e investir maciçamente no setor educacional. São empresários nacionais e internacionais que investem na educação superior no Brasil como um mercado promissor e altamente lucrativo, provocando movimentos de ampliação, aquisição e fusão das IES, formando grandes oligopólios que passam a concentrar boa parte do alunado do país. (BITTAR; RUAS, 2012, p. 117)

Segundo Sampaio (2011), o ensino superior privado no Brasil tem mais de um século e hoje responde por 87,7% das matrículas nesse nível de ensino. O ensino superior é marcado por duas Constituições – a da República, de 1891, que lhe facultou a possibilidade de existência e a Constituição de 1988 que, reafirmando o princípio liberal, manteve o ensino superior livre à iniciativa privada, sempre que respeitadas as normas gerais da educação.

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	a

(a) Não se aplica.

INEP: Censo da Educação Superior 2016

Das 2.407 Instituições de Ensino Superior (IES) sejam elas Universidades², Centro Universitários³ e Faculdades⁴ 2.111 são privadas e 296 são públicas contando os Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica mais conhecidos como Cefet's. Quanto às IES públicas, 41,6% são estaduais (123), 36,1% são federais (107) e 22,3% são municipais (66). Podemos verificar também que a maioria das universidades é pública representando 54,8% contra 45,2% de universidades privadas. Entre as IES privadas, predominam as faculdades com 88,4% do total.

² As universidades são instituições de ensino superior que compreendem um conjunto de faculdades ou escolas superiores destinadas à especialização profissional e científica. Devem oferecer cursos nas diversas áreas do saber e, obrigatoriamente, fazem atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ter um programa de pós-graduação *stricto sensu*, sendo um deles de doutorado.

³ Os centros universitários, assim como as universidades, têm graduações em vários campos do saber e autonomia para criar cursos no ensino superior mas, podem ter um número menor de mestre e doutores em regime integral, e tem menor exigência nos programas de pós-graduação.

⁴ Não tem autonomia para abertura de cursos, geralmente são especializadas em uma área do saber, como por exemplo, educação saúde e economia.

Os dados acima revelam que o sistema de ensino superior brasileiro é altamente privatizado e, é por isso que vamos analisar o incentivo à criação das “universidades de ensino” na esfera privada, cujo incremento será verificado nos vinte anos de mandatos neoliberais⁵, de Collor de Mello à Dilma Rousseff.

A expansão da oferta de vagas na rede privada de educação superior vem desde o governo empresarial-militar sob aparente perspectiva “assistencialista” mascarando assim os reais objetivos neoliberais, sendo, na essência, objeto de mercantilização e privatização da educação.

Nos governos Collor e FHC, a expansão do ensino superior aparece num contexto de “redemocratização”, em Lula da Silva e Dilma Rousseff essas políticas educacionais continuaram maquiadas por esta ideia.

Desta forma, ao invés do que era esperado desses dois últimos governos do partido dos trabalhadores, que seria a negação dos ideais neoliberais por ser tratar de um partido que emergiu das classes trabalhadoras, onde a expectativa era de profundas modificações nas ações políticas, educacionais e econômicas, visando uma modificação na estrutura do país, o que vimos foi um aprofundamento dessas políticas que mostraram grande afinidade com os organismos supranacionais.

⁵ Neoliberalismo segundo David Harvey, em resumo, é um projeto político que visa conter a classe trabalhadora. Esse projeto é conduzido pela classe capitalista que vê se ameaçada pelos movimentos populares.

Capítulo 1

Histórico – O surgimento do Ensino superior no Brasil

É notório que desde o início do governo de Lula houve um amplo crescimento do ensino superior, principalmente do setor privado desta modalidade. Mas a presença do setor privado no desenvolvimento do ensino superior é histórica. Farei uma breve recuperação para entendermos como chegamos ao que temos hoje nesta modalidade de ensino.

As primeiras escolas de ensino superior chegaram com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, com orientação para formação profissional e controle do Estado sobre o sistema, dissociavam ensino e pesquisa e tinham como principal objetivo formar quadros profissionais para o Estado. Prevaleceu assim a formação para as profissões liberais (medicina, engenharia e, mais tarde, direito). As universidades surgem ainda mais tardiamente, apenas no século XX.

Por mais de um século, de 1808 – quando foram criadas as primeiras escolas superiores, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias. (SAMPAIO, 1991, p.1)

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social. (op.cit., p.5)

Da instalação da coroa portuguesa no Brasil (1808), passando pela independência (1822), 1º e 2º reinado (1822 – 1889) pouca coisa mudou em relação ao modelo de ensino que era altamente elitizado e com poucas universidades e apenas algumas faculdades isoladas. Políticas de descontinuidades já marcavam o ensino superior brasileiro e, portanto, não havia um modelo e nem regulamentação para essas instituições. Mas vale destacar que, com a Proclamação da República, em 1889, o Brasil entrou num período de mudanças sociais.

República Velha (1889 -1930)

A Constituição da República de 1889 descentraliza o ensino superior, que era privativo do poder central, aos governos estaduais, e permitia a criação de instituições privadas, o que teve como efeito imediato na ampliação e na diversificação do sistema. Entre os anos de 1889 a 1918, 56 novas escolas de ensino superior, na sua maioria privadas, são criadas no país (Idem, p.9).

Em outras palavras, os estados são chamados a se responsabilizar pelo ensino superior e assim, em pouco tempo, novas escolas surgem e junto temos o surgimento das instituições privadas. As instituições confessionais também começam a aparecer nesse período, até pelo fato da Igreja ter perdido espaço nas decisões e se afastado do poder central. Todavia, como o incentivo ainda era desorganizado temos um crescimento aquém do esperado do setor privado como um todo.

Em 1920 surge a primeira universidade⁶ do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro - atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - que reunia as escolas de ensino antes isoladas (a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito). A falta de interesse do Estado na oferta e o caráter tardio do ensino superior foram fatores de estímulo para a criação de dois sistemas paralelos, o privado e o público.

República Nova - Era Vargas (1930 – 1944)

Já em 1930, no início do Governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), muitas mudanças ocorreram tanto na economia quanto na educação. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, impulsionaram as mudanças na educação. O ensino superior ganhava novos contornos principalmente pelo incentivo do governo ao desenvolvimento da indústria (política nacional-desenvolvimentista⁷) e, com tais avanços econômicos, essa nova formação exigia certa urgência para atender ao mercado que surgia.

A Era Vargas foi pródiga para com o setor privado em expansão. Além de estabelecer a imunidade fiscal para as instituições educacionais privadas, em todos os níveis, reconheceu a primeira universidade privada, hoje conhecida como Pontifícia Universidade Católica (PUC). No que diz respeito ao setor público do ensino superior, a atuação varguista foi predominantemente de caráter controlador e centralista. Transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, com a pretensão de fazê-la parâmetro destinado a submeter as iniciativas federalistas que despontavam em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no próprio Distrito Federal. (CUNHA, 2004 p. 801)

A implantação da Reforma Francisco Campos (1931), tratou das mudanças no ensino superior e secundário, a mais importante mudança era a centralização do ensino no Ministério da Educação. Em meio a toda essa efervescência, um grupo de intelectuais lançava o

⁶ A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro.

⁷ Foi o incentivo ao progresso econômico do país por meio da industrialização.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). O manifesto trazia uma combinação de diversas posições ideológicas de parte de uma elite intelectual, voltada para o problema da educação nacional, destacam-se nesse cenário Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Apesar da diversidade ideológica, os reformadores queriam uma renovação educacional: uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita e a reforma de Campos foi diretamente influenciada por tais ideias.

Em 1934 adotou-se uma nova Constituição, que trazia em si profundas mudanças para economia com uma série de medidas que promoveriam o desenvolvimento da indústria nacional, demandando assim outro tipo de formação, voltada para o ensino técnico-profissional. A nova Constituição Federal de 1934 determinava, de maneira inédita, que a educação era um direito de todos os brasileiros, devendo ser responsabilidade do governo e da família, o que modificava a dinâmica da organização do ensino no Brasil. A meta do governo era formar mão de obra qualificada para assumir os novos postos de trabalho gerados pelos avanços do setor econômico, e para isso era essencial o desenvolvimento do ensino superior e médio.

Em síntese, a criação da universidade no Brasil foi antes um processo de sobreposição de modelos do que de substituição. O antigo modelo de formação para profissões foi preservado. O modelo de universidade de pesquisa acabou sendo institucionalizado de modo muito parcial e apenas em algumas regiões do país, sobretudo naquelas mais desenvolvidas. (SAMPAIO, op. cit., p.12)

Ainda assim, tivemos na Era Vargas um avanço significativo no ensino superior. As mudanças implementadas no governo de Getúlio traziam modernização, desenvolvimento, industrialização e medidas assistencialistas, com este conjunto ele alcançava o populismo e a educação avançava. A educação acompanhava as mudanças na economia, portanto, a industrialização guiava a oferta de cursos tanto no setor público quanto no setor privado. Segundo Cunha (2000; 2007), nesse período o ensino superior crescia em média 2,5% ao ano. Ao fim da era de Vargas, em 1945, eram cinco as instituições universitárias, em meio a dezenas de faculdades isoladas.

República Populista (1945 - 1964)

Na república populista (1945 - 1964) as universidades e as instituições isoladas de ensino superior expandiram mais rapidamente, principalmente as de iniciativa privada. O número de instituições públicas também cresceu nesse período, mas em velocidade menor.

Tabela 1 - Expansão do Sistema de Ensino Superior

Período	Nº de escolas de Ensino Superior criadas no período
Até 1900	24
1900-1910	13
1910-1920	34
1920-1930	86
1930-1945	95
1945-1960	223
1960-1968	375

Fonte: Sampaio, 1990.

Segundo Duran (2003), inicialmente os dois sistemas, público e privado, se desenvolviam de maneira similar, e cresciam sem grandes disparidades. Apenas em 1960 é que o setor privado toma novos rumos.

Não se trata mais, de fato, da coexistência de sistemas públicos e privados com missões e objetivos semelhantes como antes. Trata-se de outro sistema que subverte a concepção dominante de ensino superior centrada na associação entre ensino e pesquisa, na liberdade acadêmica e no interesse público. (DURAN, 2003. p.3)

Foi no período Populista 1945 - 1964 que, diferente do que havia sido proposto na constituição e na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, começa a dissociação entre ensino e pesquisa. A educação passa a ser vista como atividade econômica pelo empresariado. E foi a partir desse momento da história que começamos a observar uma grande expansão desses novos estabelecimentos de ensino superior privado com vistas para o mercado de ensino, organizados como empresa que, abertamente ou não, tem como interesse principal o lucro “em suma, são aqueles que comercializam a mercadoria-educação”. (RODRIGUES, 2007)

A República Populista mostrou a primeira face da ambiguidade das políticas públicas ao favorecer o crescimento do setor privado em termos de novas instituições criadas, aumento de seu efetivo e em termos de sua agregação em universidades. Ao mesmo tempo, foi nesse período que se deu o processo de federalização de faculdades estaduais e privadas, as quais foram reunidas em universidades. (Cunha, op. cit, p. 801)

Ditadura Empresarial Militar (1964 -1984)

Com o golpe de Estado e a instauração da ditadura empresarial-militar (1964 -1984) surge a Reforma Universitária em 1968. A educação exercia, de acordo com a Teoria do

Capital Humano, que inspirava diversos intelectuais e instituições que propuseram a Reforma, um papel fundamental para o desenvolvimento do país.

A chamada reforma universitária de 1968 instituiu mudanças nas instituições públicas que as aproximaram em determinados aspectos das universidades estadunidenses, não apenas na organização departamental e no uso de sistema de créditos, mas na difusão de certo *ethos*⁸ acadêmico mais pragmático⁹. Para tanto, estabeleceu que a pesquisa fosse parte de sua função social, mas uma pesquisa cuja pauta geral seria definida pelo governo, que, para este fim, estabeleceu a política de editais forjada na Secretaria de Planejamento, o novo lócus dos principais órgãos de ciência e tecnologia, impondo, por conseguinte, uma política profundamente heteronômica¹⁰ (Lei nº 5.540/1968). Ao mesmo tempo, operacionalizou por meio de incentivos tributários uma vigorosa expansão da educação superior privada. (LEHER, 2010, p.30)

Tal reforma visava a modernização e expansão das matrículas das instituições públicas, mas com a crescente demanda de acesso, existia um grande número de excedentes do sistema público, e “a questão dos ‘excedentes’ constituiu-se num constante foco de tensão social” (MARTINS, 2009) pois, a classe média acreditava que sua ascensão se concretizaria a partir da educação, essa era uma resposta às promessas das políticas econômicas desenvolvimentistas dos períodos anteriores.

Desta forma, o governo militar, apesar de seu caráter autoritário, preocupou-se com a pressão popular, principalmente das camadas médias da população, que ameaçavam sua manutenção e; para conter os anseios, principalmente da classe média, o governo lançou mão de duas estratégias: ampliação das vagas no ensino público e estímulo ao crescimento do setor privado.

(...) as instituições privadas receberam incentivos diretos e indiretos inéditos, que, aliados à representação majoritariamente privatista do Conselho Federal de Educação (CFE), propiciaram novo surto de expansão. A proporção de estudantes majoritária no setor público, durante a República populista, passou a minoritária (40% x 60%). Esse crescimento do setor privado foi tamanho que levou ao abandono dos principais parâmetros da reforma universitária,

⁸Caráter ou costume.

⁹ Ordens práticas, objetivos.

¹⁰ Sujeição a uma lei exterior ou à vontade de outrem; ausência de autonomia.

projetada, aliás, para o setor público. (CUNHA, op. cit., p. 801)

O estímulo à expansão se dava por conta de uma estratégia de governo já que os militares chegaram ao poder apoiado pelas camadas médias. O empresariado da educação se preparava para atender essas demandas ao ensino superior e, sistematizava o discurso de que rede privada era complementar a pública.

Durante as duas décadas de ditadura, as afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares abriram caminho para sua representação majoritária (quando não exclusiva) nos conselhos de educação, inclusive no federal. Tornando-se maioria, eles passaram a legislar em causa própria. (CUNHA, op. cit., p. 802)

Como o empresariado era associado e aderiu aos valores dos militares, fica fácil entender o porquê tal rede crescia de forma acelerada nesse período. Seria incorreto, contudo, afirmar que o ensino público não cresceu, uma vez que, no período de 1967 a 1980, suas matrículas passaram de 88 mil para aproximadamente 500 mil estudantes, registrando um crescimento da ordem de 453%. Esse aumento ficou aquém das necessidades de acesso ao ensino superior, abrindo um flanco favorável à participação do ensino privado. Vale destacar que o ensino universitário católico mostrou-se reticente em expandir sua rede para absorver essa demanda, mantendo uma concepção de universidade voltada para o atendimento da reprodução das elites locais (MARTINS, op. cit., p.8).

As IES públicas cresceram no período da ditadura e, muito da estrutura que se conhece hoje foi normatizada pela Reforma Universitária de 1968 e pelo decreto 405/1968. Além disso, aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. (Ibidem, p.2)

Segundo Saviani (2008) as medidas adotadas durante a Ditadura Militar foram implementadas com vistas à acumulação capitalista nos diferentes níveis de ensino. No ensino superior tivemos introdução de cursos de curta duração, o ensino médio tinha como objetivo formar mão de obra técnica com habilitações profissionais com vista para a necessidade do mercado de trabalho.

Consideramos importante salientar que os Estados Unidos colaboraram tanto no planejamento quanto na execução orçamentária das políticas educacionais do Brasil desde o governo JK (1956), mas, de fato, a interferência direta e maciça começou no governo empresarial militar quando esses dois países aproximaram-se ainda mais. Essa relação colaborativa foi celebrada a partir de acordos de financiamento da educação brasileira com a

intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

É nesse contexto que, já a partir de 31 de março de 1965, foram assinados vários contratos de cooperação no campo do ensino entre o Brasil e os Estados Unidos, conhecidos como "Acordos MEC-USAID" (ARAPIRACA, 1982. apud SAVIANI, op. cit.). Foi a partir dessa aproximação e colaboração que o governo empresarial militar estruturou a Lei da Reforma Universitária de 1968, conforme falamos anteriormente.

Segundo Sampaio (2000; 2011), a reforma universitária de 1968 reforçava a ideia de complementaridade entre o setor público e o privado. O setor privado, mobilizando recursos privados e orientando-se para atender à demanda de mercado, foi mais dinâmico e cresceu mais rapidamente que o público, muitas vezes em detrimento da própria qualidade do serviço oferecido mas, não foi só isso, a reforma trouxe também outras mudanças importantes. Foi adotado o regime classificatório para o vestibular (Cunha (2000), chama de concursos já que se tratava de uma disputa de vagas), fomentou-se a pesquisa através de agências, criou-se uma política de pós-graduação. Mas, isso não significava que a universidade pública estava livre do controle autoritário. Na verdade, estudantes e professores eram perseguidos, reitores foram substituídos, professores foram aposentados de maneira compulsória por serem desfavoráveis ao regime, estudantes foram presos, universidades eram mantidas sobre intensa vigilância. A Reforma Universitária também recomendava cobrança de mensalidades para os alunos, o que não aconteceu.

Tabela 1 - Número de Matrículas em curso de graduação presencial por categoria Administrativa na Ditadura Empresarial Militar

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	62%	54.721	38%
1965	155.781	87.587	56%	68.194	44%
1966	180.109	98.442	55%	81.667	45%
1967	212.882	121.274	57%	91.608	43%
1968	278.295	153.799	55%	124.496	45%
1969	342.886	185.060	54%	157.826	46%
1970	425.478	210.613	50%	214.865	50%
1971	561.397	252.263	45%	309.134	55%
1972	688.382	278.411	40%	409.971	60%
1973	772.800	300.079	39%	472.721	61%
1974	937.593	341.028	36%	596.565	64%
1975	1.072.548	410.225	38%	662.323	62%
1976	1.044.472	395.610	38%	648.862	62%
1977	1.137.070	428.516	38%	708.554	62%
1978	1.267.559	487.967	38%	779.592	62%
1979	1.298.331	490.078	38%	808.253	62%
1980	1.377.286	492.232	36%	885.054	64%
1981	1.386.792	535.810	39%	850.982	61%
1982	1.407.987	548.388	39%	859.599	61%
1983	1.438.992	576.689	40%	862.303	60%
1984	1.399.539	571.879	41%	827.660	59%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Sampaio e Censos do INEP (2003 a 2014)

De fato, no período da ditadura, tivemos um aumento significativo no número de matrículas no ensino superior, com a oferta aumentando tanto no setor público quanto no setor privado. No levantamento feito, conforme a Tabela 1, temos um panorama de como o ensino superior privado se desenvolvia e como ele deu um salto.

Em 1964, o setor privado respondia por 38% total do número de matrículas, enquanto o setor público respondia por 62%. Vinte anos depois, o cenário se invertia e o setor privado respondia agora pela maior fatia do bolo, ficando com 59% do total.

O país passava no meado da década de 70 e início da década de 80, por grandes mudanças. A economia estava estagnada, desemprego e a inflação crescente, o empresariado, classe média e trabalhadora demonstravam insatisfação com a ditadura militar, principalmente por enfrentarem anos difíceis em comparação aos anteriores onde tinham vivenciado o “milagre econômico”.

Em 1985, a ditadura empresarial-militar chegou ao fim, tal período só terminou por conta da grande organização e pressão popular, dando início à Nova República. Foi um longo processo de luta, cito as Greves do ABC Paulista, que alçaram a figura de Lula no cenário político nacional. Esses movimentos foram importantes para a posterior criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos trabalhadores (PT). A população reivindicava seus direitos políticos que haviam sido suspensos na ditadura. Empresários e latifundiários também se articularam, pois sentiam o amargo gosto da “década perdida”.

Nova República 1985 – até os dias atuais

O período seguinte conhecido como Nova República teve início em 1985. O Colégio Eleitoral composto por senadores e deputados elegeu Tancredo Neves que não chegou a ser empossado, pois apresentou graves problemas de saúde que culminaram em sua morte. Seu então vice, José Sarney (1985 – 1990), assumiu o cargo. Nesse período apesar dos intensos debates promovidos em torno da educação, principalmente da educação básica, as mudanças não se efetivaram, o que resultou num descontentamento e descrédito em relação ao governo de Sarney. A Constituição de 1988 reafirmou o princípio liberal e mantinha o ensino superior livre à iniciativa privada e, aproveitando a onda liberal, o empresariado expandia sua rede ainda que timidamente. O número de matrículas em cinco anos aumentou 150 mil, número inexpressivo se comparado a outros períodos, mas, tendo em vista a instabilidade econômica do período, o empresariado expandia mesmo com um crescimento abaixo do que se esperava.

Com o fim do mandato de Sarney, tivemos a primeira eleição direta depois de 29 anos. Elegeu-se para presidência da república Fernando Collor de Mello. Collor governou o país de

1990 a 1992. Seu mandato não foi completado, ele sofreu denúncias de corrupção que o levaram a um processo de impeachment e cassação de seus direitos políticos.

Segundo Leher (2010), o governo de Collor foi o primeiro a assumir plenamente a agenda neoliberal, mas seu governo logo se revelou incapaz de colocar o projeto neoliberal adiante. Com sua governabilidade abalada por denúncias de corrupção, os setores dominantes, que antes estavam ao seu lado, passaram a apoiar seu impeachment.

No seu lugar entrou seu vice, Itamar Franco (1992 - 1994). Durante os quatro anos de governo de Collor e depois Itamar não tivemos mudanças significativas em relação ao ensino superior, tendo até encolhido durante os três primeiros anos do governo, como é possível ver na tabela 1 da página 17. Nesse momento os embates estavam concentrados na promulgação da nova LDB.

Segundo Sampaio (op. cit.), o alto percentual de analfabetismo, altas taxas de evasão e reprovação escolar causavam um afunilamento no ensino médio e por isso o número de estudantes aptos ao ensino superior ainda era pequeno.

Os governos de Collor e Itamar tentaram implementar a política do Banco Mundial para a universidade. (...) Em poucas palavras, o projeto objetivava diferenciar as instituições de ensino superior e diversificar as suas fontes de financiamento. (Leher, 2010, p.37)

A marca do período como a do governo anterior de Sarney, foi a de muitos debates e pouca ação para o campo educacional, mas como ele mantinha um forte apreço ao empresariado do setor educacional, Collor e após Itamar efetivaram algumas ações para beneficiá-los.

Para favorecer o setor empresarial, segundo Leher (2010), removeu-se o controle público sobre as instituições privadas que, deste modo, passaram a ser reguladas pelo mercado através da PEC 56-B¹¹ de 1991. O resultado dessa política foi (e continua sendo) a explosão de instituições e matrículas na rede privada de ensino superior. As públicas, por sua vez, deveriam ser reconfiguradas conforme suas “vocações” como “unidades de ensino” ou como “unidades de serviços educacionais e de adequação tecnológica”, chamadas de “centros de excelência”. (Idem, p.37)

As medidas adotadas geraram conflitos no campo educacional, e muitas universidades federais deflagraram greve. E, ainda segundo Leher (2010), o que levou os setores dominantes a apoiar o impeachment era o fato de que, com Collor no governo, os movimentos sociais

¹¹ Proposta de Emenda Constitucional que previa autofinanciamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

(partidos de esquerda, sindicatos e demais movimentos) ganhavam força, e isso poderia dificultar o avanço da agenda neoliberal. Mas, Collor e Itamar se ativeram muito mais a economia por conta da alta inflação da época, legado deixado pelo governo anterior, desta forma sobressaiu o então ministro da Fazenda.

O ministro da Fazenda de Itamar Franco era Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ele teve a difícil tarefa de controlar a inflação e estabilizar a economia. Foi através do lançamento do Plano Real e o impacto social causado pela contenção da inflação que vinha assombrando a classe trabalhadora há mais de 10 anos, que acaba por colocar FHC no pleito para a disputa presidencial. Que então se elege presidente através do voto popular para os próximos quatro anos inicialmente, seguidos de mais quatro anos por conta de sua reeleição.

Capítulo 2

Octênio de Fernando Henrique Cardoso

No octênio FHC (1995-2002) as instituições de ensino superior federais passaram por dificuldade e, tivemos no período, uma onda de privatizações em diferentes setores. Na tabela 2 podemos observar e constatar o alto índice de crescimento das matrículas no ensino superior privado, o número de matrículas na IES públicas crescia mas, muito timidamente.

Tabela 2 - Número de Matrículas em curso de graduação presencial por categoria Administrativa na Nova República

Ano	Total	Crescimento de matrículas	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
			Total	%	Total	%
1985	1.367.609	--	556.680	41%	810.929	59%
1986	1.418.196	4%	577.632	41%	840.564	59%
1987	1.470.555	4%	584.965	40%	885.590	60%
1988	1.503.560	2%	585.351	39%	918.209	61%
1989	1.518.904	1%	584.414	38%	934.490	62%
1990	1.540.080	1%	578.625	38%	961.455	62%
1991	1.565.056	2%	605.736	39%	959.320	61%
1992	1.535.788	--	629.662	41%	906.126	59%
1993	1.594.668	4%	653.516	41%	941.152	59%
1994	1.661.034	4%	690.450	42%	970.584	58%
1995	1.759.703	6%	700.540	40%	1.059.163	60%
1996	1.868.529	6%	735.427	39%	1.133.102	61%
1997	1.945.615	4%	759.182	39%	1.186.433	61%
1998	2.125.958	8%	804.729	38%	1.321.229	62%
1999	2.369.945	10%	832.022	35%	1.537.923	65%
2000	2.694.245	12%	887.026	33%	1.807.219	67%
2001	3.030.754	11%	939.225	31%	2.091.529	69%
2002	3.479.913	13%	1.051.655	30%	2.428.258	70%
2003	3.887.022	10%	1.136.370	29%	2.750.652	71%
2004	4.163.733	7%	1.178.328	28%	2.985.405	72%
2005	4.453.156	6%	1.192.189	27%	3.260.967	73%
2006	4.676.646	5%	1.209.304	26%	3.467.342	74%
2007	4.880.381	4%	1.240.968	25%	3.639.413	75%
2008	5.080.056	4%	1.273.965	25%	3.806.091	75%
2009	5.115.896	1%	1.351.168	26%	3.764.728	74%
2010	5.449.120	6%	1.461.696	27%	3.987.424	73%
2011	5.746.762	5%	1.595.391	28%	4.151.371	72%
2012	5.923.838	3%	1.715.752	29%	4.208.086	71%
2013	6.152.405	4%	1.777.974	29%	4.374.431	71%
2014	6.486.171	5%	1.821.629	28%	4.664.542	72%

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Sampaio e Censos do INEP (2003 a 2014)

Durante o governo de FHC o setor privado passa por uma alavancada, o crescimento do número de vagas e matrículas tem total relação com as diretrizes do governo que desinvestia no setor de ensino superior público mesmo com a crescente procura dos estudantes pela formação em nível superior.

Já vimos que, em 1980, tínhamos 1.377.286 matriculados no ensino superior, apresentando um leve crescimento entre os anos sucessivamente, e já no 1º ano do governo FHC (1995) temos um salto de quase 100 mil vagas em relação ao ano anterior, no 2º ano do governo FHC foram mais 109 mil vagas, no 3º ano quase 78 mil e no último ano do primeiro mandato mais 180 mil vagas. Agora para a coluna da rede privada e demais redes (públicas) percebemos que a rede privada em nenhum momento encolhe, pois quando as Universidades privadas reduzem o número de matrículas, os demais estabelecimentos privados crescem, enquanto as universidades públicas tem um crescimento menos expressivo ou até encolhem em suas diversas redes, deixando até de existir.

Neste governo observamos um alinhamento ainda maior com as diretrizes dadas pelos organismos supranacionais. A economia passa a outro nível de dependência e subalternidade, e a educação reconfigurou-se de maneira a atender a nova estrutura e posição econômica do país. Na educação, uma colaboração entre Brasil e EUA determinou, a partir de uma análise e recomendação feita pelo Banco Mundial, que o Brasil gastava demasiadamente com Ensino Superior enquanto a Educação Básica ainda não havia se consolidado e seu acesso não tinha sido universalizado, portanto toma-se a decisão de reorganizar a distribuição da verba ao invés de aumentá-la. Concluiu-se através dos relatórios do BM que os recursos eram mal administrados, e que a problemática do financiamento era na gestão desses recursos.

Dessa forma, as políticas educacionais desse governo fizeram com que o ensino superior sofresse com o sucateamento. Durante esse período houve corte de verbas, não abertura de concursos para professores e técnicos administrativos mas, em paralelo a isso IES privadas continuaram sua expansão de matrículas e foram beneficiadas com novas vantagens através “do arcabouço institucional erigido no governo Cardoso que contribuiu vigorosamente para a expansão mercantil da educação superior.” (Ibidem, p.49). Em uma entrevista, o então presidente respondeu ao ser indagado sobre sua política educacional e sua estratégia de governo: “expandir o ensino elementar e frear o crescimento das universidades públicas” (ARCHARD e FLORES, 1997 apud em Leher, ibidem, p. 42), seguindo assim a orientação do Banco Mundial.

Importante dizer que foi durante o governo FHC que tivemos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96), que refletiu profundamente os interesses do seu governo

em uma educação superior não só oferecida pelo setor público. Na verdade, durante todo o governo FHC, o que vimos foi um convite aos empresários da educação para que esses colaborassem e expandissem suas instituições e número de vagas, desresponsabilizando o setor público dessa modalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/1996), marcada por intensos embates entre educadores, governo e empresariado, não correspondeu aos interesses das classes populares, já empresários e o governo ficaram bastante satisfeitos com o texto final aprovado. Seu texto final já não apresentava o que queriam de fato os educadores, pois trazia mudanças importantes principalmente em suas formas de avaliação, supervisão e controle dos diferentes níveis de ensino. Após sua aprovação, uma enxurrada de medidas provisórias, decretos, portarias e resoluções foram editadas, intensificando a intervenção governamental em todos os níveis e modalidades da educação. (Ibidem, p.48)

Importante colocar que a LDB 9.934/1996 modificou a forma de acesso IES privadas que passou de exames vestibulares para aprovação em processos seletivos, o que possibilitou que as IES privadas adotassem diferentes formas de ingresso de caráter duvidoso, principalmente que, sendo eles principais interessados no aumento de matrículas, facilitariam tal processo de forma a preencher suas vagas.

Foi no governo FHC que o Fundo de Financiamento Estudantil (conhecido hoje como FIES)¹² tomou a forma que tem hoje, mas com juros ainda elevados, e alcance reduzido se comparado com os números do governo Lula (2003 – 2011), que veremos no capítulo a seguir.

O FIES substituía o programa Crédito Educativo criado em 1976 pela ditadura empresarial-militar, ampliado pelo governo Lula e continuado pelo governo Dilma.

Para ilustrar, o crescimento do número de instituições, vejamos os dados do ensino superior no governo de Fernando Henrique Cardoso:

¹² O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br>.

Ensino Superior	1 9 9 5	2 0 0 2
Total de Instituições	8 9 4	1 6 3 7
Instituições Públicas	210 (24%)	195 (12%)
Instituições Privadas	684 (76%)	1442 (88%)
Total de Matrículas	1.760.000	3.480.000
Públicas	700.837 (39,9%)	1.051.742 (30,2%)
Privadas	1.059.163 (60,1%)	2.428.258 (69,8%)

Fonte: MEC/INEP, 2002 em LEHER, Roberto, 2010, p.50

Em 1995, segundo ano do governo de FHC, tínhamos 894 instituições entre públicas e privadas. Já no final de seu segundo mandato temos quase o dobro de instituições sendo elas em sua maioria privadas (88%). Em 2002 temos até uma leve diminuição do número de IES públicas. Esses dados são o retrato das políticas adotadas pelo governo de FHC para educação superior. Enquanto ele reduzia o investimento no setor público, o privado gozava de políticas públicas que favoreciam sua expansão, subsídios para manutenção das empresas de ensino, além do programa de financiamento estudantil. É possível ver o retrato do que acontecia com o ensino superior em cada região:

Tabela 4 -Evolução do Número de Matrículas no Primeiro Semestre Segundo a Região e a Unidade da Federação - Brasil - 1995 - 2002

UF	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	67.118	77.169	77.735	85.077	94.411	115.058	141.892	190.111
Nordeste	269.454	279.428	289.625	310.159	357.835	413.709	460.315	542.409
Sudeste	973.448	1.028.297	1.053.281	1.148.004	1.257.562	1.398.039	1.566.610	1.746.277
Sul	327.130	349.193	378.566	419.133	473.136	542.435	601.588	677.655
Centro-Oeste	122.553	134.442	146.408	163.585	187.001	225.004	260.349	323.461
Brasil	1.759.703	1.868.529	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245	3.030.754	3.479.913

Fonte: MEC/INEP/DEED

Em seu último ano de governo (2002) se compararmos com o primeiro (1995), houve um crescimento no Brasil de quase 100% em apenas 8 anos no número total de estudantes matriculados no ensino superior. E se a comparação for feita por região, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste o aumento de matrículas é maior dos que os 100% visto no total geral mas, curiosamente, o ensino superior privado se desenvolveu de forma mais aparente nas regiões Sul e principalmente, Sudeste.

Tabela 5 - Número de Instituições por Categoria Administrativa e Região Geográfica - Brasil - 2003

Categoria Administrativa	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Pública	15	52	81	36	23	207
Privada	86	252	857	270	187	1.652
Total	101	304	938	306	210	1.859

Fonte: Deas/INEP/MEC

No Sudeste o número de instituições privadas é 100 vezes maior do que o de instituições públicas. Enquanto nas outras regiões podemos ver que esse número se aproxima mais, ainda assim temos disparidade. Acreditamos que essa diferença tenha relação com a economia brasileira e a distribuição desigual entre as regiões. No Sudeste concentram-se grandes polos industriais, petroquímicos, agrícolas e de bens e serviços, segundo matéria de 2013 do Jornal Estadão, a região Sudeste continua a ser a locomotiva econômica do Brasil e, seus quatro Estados detêm 55,4% do PIB, isso explica o aumento desigual no número de universidades, o empresariado está e sempre esteve em busca desse nicho econômico, pois eles não tem como prioridade o ensino, a educação, eles buscam as cifras desse mercado que até o momento vem se mostrando altamente rendoso.

No plano jurídico, o Decreto nº 2.306/1997, que regulamentou o funcionamento do sistema de ensino superior, determinou que a Instituições de Ensino Superior (IES) passassem a ser organizadas em cinco tipos de instituições: universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores. Nesta rede de IES (públicas e privadas), somente, as universidades continuavam a manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto as demais poderiam se dedicar apenas ao ensino, voltando-se para a formação de mão de obra. Na rede privada contam-se as universidades comunitárias, confessionais, filantrópicas e as empresas de ensino.

É neste contexto que a “contrarreforma universitária” (LIMA, 2007; SILVEIRA, 2011) se desenvolveu, com a diversificação das IES, a hierarquização de instituições e de cursos e, sobretudo, a diversificação de fontes de financiamento. Isto é, o projeto de “modernização radical da universidade”, foi levado a efeito nos dois mandatos do governo Lula da Silva e continuado no governo Dilma Rousseff, tendo como mediação o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Ambos programas tinham como principal beneficiados o empresariado do mercado educacional. Para melhor entender essa relação entre estado e empresariado educacional, trataremos do assunto mais detalhadamente.

Ação do empresariado e relação dos empresários com o ensino superior

Conforme vimos, durante o desenvolvimento do ensino superior, paralelamente ao setor público se desenvolvia o setor privado. Hoje responsável por mais de 72% das matrículas em cursos presenciais, o setor privado que atua no ensino superior passa por profundas transformações neste início de século XXI, seguindo as tendências globais seu

crescimento se deu sempre embasado no discurso de complementariedade entre os setores públicos e privado (SAMPAIO, 2000; 2011).

Como vimos no capítulo 1, a iniciativa privada crescia atenta as demandas do mercado educacional, o discurso dos anos 70 e 80, pós período de industrialização, era de que ascensão social viria a partir da formação em nível superior. De fato, em 1980, o setor privado já representava 64% do número de matrículas. O salto de matrículas de 1970 para 1980 foi de mais de 500 mil matrículas em apenas de 10 anos.

A legislação também estava em mudança, a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, apontavam os rumos. Com essa legislação, o empresariado viu a possibilidade de emancipar-se do controle burocrático dos órgãos federais e começaram uma corrida para transformar as faculdades e instituições isoladas em universidades. Para eles isso era especialmente importante por conta da liberdade de criação e extinção de cursos e remanejamento de vagas. Foi assim que de 1985 a 1996, o número de universidades privadas pulou de 20 para 64.

Segundo Sampaio (2011), outro fator importantíssimo que estimulou o empresariado e o crescimento do setor privado de ensino superior foi o Decreto 2.306 de 19/8/1997 que trazia em seu artigo 1º, a possibilidade das entidades mantenedoras assumirem natureza civil ou comercial, dessa forma instituições comerciais podiam assumir sua finalidade lucrativa. O Decreto 2.306 marcou o sistema de ensino superior no país, e refletia também a orientação neoliberal do governo de Fernando Henrique que agia de maneira afinada com os organismos supranacionais. De fato, o Decreto 2.306 só admitiu que o setor privado de ensino superior era heterogêneo e antes mesmo do decreto, a maioria dos empresariados do setor já reinvestia seus lucros não na melhora da qualidade de ensino mas sim em imóveis e terrenos, o que valorizava a instituição enquanto empresa e não enquanto instituição de ensino.

Quando as instituições ainda não podiam legalmente distribuir o lucro de suas atividades educacionais, algumas mantenedoras começaram a investir os resultados financeiros na infraestrutura da instituição (imóveis, terrenos, benfeitorias nos prédios etc.) numa espécie de “acumulação primitiva do capital”. (Ibidem, p.39)

E assim as IES privadas cresciam em estrutura física e se tornavam ainda mais interessantes para investidores do mercado financeiro. Segundo Sguissardi (2008), o modelo de expansão da educação superior no Brasil tem uma longa história, mas, para caracterizá-lo basta verificar sua evolução nos últimos anos. É possível observar nos governos de FHC, Lula e Dilma uma multiplicação de matrículas e campi e isso não ocorreu apenas no setor privado. O REUNI proporcionou um crescimento da IES públicas federais, foram mais de 12 novas universidades espalhadas pelo Brasil e 104 novos campi desde 2003. No primeiro ano do

programa, segundo dados do MEC, tivemos um aumento de 15 mil vagas, número bastante expressivo se comparado há anos anteriores mas, ainda pequeno frente ao crescimento do setor privado.

Para entendermos os saltos de matrículas é preciso compreender que a educação nos governos neoliberais passou a ter funções específicas, se ora antes ela tinha função emancipadora do homem, agora ela passa a ser mercadoria, que deve ser produzida e pode ser vendida a todos no mercado educacional. Dessa forma a função dual da educação superior fica ainda mais evidente, com características bastante distintas para a formação universitária. Se de um lado temos a educação superior que visa a formação omnilateral¹³, a universidade de pesquisa, do outro temos a universidade de ensino, que oferece a seus clientes, e não alunos, um ensino aligeirado e sem preocupação com a formação humana no sentido emancipador do homem. Assim, conforme Sguissardi (2008), a contrarreforma educacional da década de 1990 “reconhecia a educação superior como um bem de serviço comercializável, objeto de lucro ou acumulação, uma mercadoria educação ou educação-mercadoria, de interesse dos empresários da educação”.

Mas essas mudanças e reformas na educação não são exclusividade do Brasil, ocorreu em diversos países do mundo. Toda orientação para essa expansão e modificação na função da educação veio dos organismos supranacionais como Banco Mundial (BIRD), FMI (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio/Acordo Geral de Tarifas e Comércio (OMC/GATT), ONU (Organização das Nações Unidas), OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), a partir de acordos para internacionalização da oferta seguindo as agendas globais. Mas, o que é internacionalização da oferta? Segundo Libâneo:

Compreende-se por internacionalização processos e ações relacionados com influências de organismos internacionais multilaterais sobre sistemas educacionais de países credores desses organismos. Trata-se de um fenômeno típico da globalização econômica e política em que agências de controle monetário, comercial e creditício em nível mundial, ligadas às nações mais ricas, definem um conjunto de princípios, regras e procedimentos ligados à governança pública destinados a articular empréstimos com formas de monitoramento e controle de programas de financiamento em relação a países tomadores desses empréstimos. No caso de países em desenvolvimento ou emergentes, tais programas estão ligados hoje a políticas sociais, educação, saúde, segurança. Ao monitorar e regular esses países, os organismos internacionais intervêm na formulação e execução das políticas públicas, ainda que os governos tenham alguma

¹³ Ver István Mészáros em *A educação para além do capital*, 2008.

margem de atuação para redefini-las em razão de peculiaridades nacionais. (Libâneo, 2013, p. 20)

Então, a penetração do capital financeiro na educação, e especificamente na educação superior, faz parte de uma agenda mundial, defendida e definida por órgãos que ignoram ou desconhecem a historicidade dos países que participam de tais políticas de expansão, já que estes precisam se adequar aos fluxos globais de desenvolvimento para que participem do mercado.

Romualdo (2009), nos mostra que foram nos anos de 1990 que fundos de investimento privado passaram a investir na educação básica. E que somente no início dos anos 2000, ao identificar que o ensino superior passaria por uma acelerada expansão, é que os fundos de investimentos se voltaram para essa área. Dessa forma, a educação superior foi submetida a uma racionalização administrativa, através da profissionalização da gestão das instituições de ensino superior privadas, demonstrando claramente seu cunho empresarial. Essa racionalização e profissionalização da gestão tem relação direta com a necessidade de aumento do lucro e rentabilidade. E o que isso significa? Significa que, a partir de um a lógica racionalizadora e uma gestão profissionalizada, muda-se a maneira que se oferta o ensino, cresce o número de curso à distância, por exemplo. Nestas instituições a maioria é de professores horistas, há a utilização de softwares e apostilas para toda rede, a aglomeração de estudantes de diferentes campi em um único para oferta de determinada disciplina, enfim, uma série de medidas são tomadas para que os empresários da educação mantenham seus altos lucros.

E não é para menos que a educação tenha se tornado mercadoria¹⁴ e reconhecida como um bem de serviço comercializável. Em matéria publicada no site da Valor Econômico em 19/07/2017, demonstrou-se que o setor de ensino superior privado movimenta hoje cerca de 55 bilhões e segundo a Uniersia¹⁵, em 2003 eram 15 bilhões, obtendo assim um crescimento de quase 300% em pouco mais de 10 anos.

¹⁴Mercadoria, segundo Bottomore apud in Oliveira, é tudo que possa ser “comprado ou vendido” numa perspectiva de acumulação do capital. “A mercadoria tem, portanto, duas características: pode satisfazer a alguma necessidade humana, isto é, tem aquilo que Adam Smith chamou de valor de uso; e pode obter outras mercadorias em troca, poder de permutabilidade que Marx chamou de valor. (...) Como valores, as mercadorias são qualitativamente iguais e só diferem quantitativamente no montante de valor que encerram. Como valores de uso, as mercadorias são qualitativamente diferentes, já que cada produto é específico e não pode ser comparado a outro” (Bottomore, 1998, p. 266 apud in Oliveira, Romualdo, 2009, p. 756).

¹⁵ Em matéria intitulada “O ensino superior na mira dos investidores” publicada em 20/10/2003, a rede on-line do Banco Santander, a partir de uma pesquisa, anunciou que o setor movimentava 15 bilhões de reais anualmente.

Entretanto, mais do que sua transformação em mercadoria, o que estamos observando, no caso do ensino superior, é um processo intenso de concentração. Assim, é possível falarmos, também, em processo de oligopolização. Ou seja, o número de fornecedores tende a se concentrar ainda mais nos próximos anos e uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos. (Oliveira, 2009, p. 754)

Observamos na última década além de um processo de expansão, um processo de fusão entre grandes grupos e absorção de pequenos. Desta forma hoje poucos grupos são donos da maior parte da rede privada de ensino superior do país. Entre eles está a Kroton que tornou-se a maior empresa de educação do mundo. A Kroton assim como os demais grupos cresceu porque houve um grande incentivo do governo federal e entre os incentivos, o que mais se destacam são: o Fundo de Financiamento Estudantil, mais conhecido pela sigla FIES e o Programa Universidade para Todos, mais conhecido como ProUni.

O Brasil pode não ser o país da educação, mas virou o país das empresas de educação. Nos últimos cinco anos, com crise ou sem crise, os grupos de ensino superior privados tiveram um crescimento espetacular. (Revista Exame, 09/02/2015)

Viramos o país das empresas de educação, pois o mercado se mostrou lucrativo por conta das diversas ações e programas do governo que impulsionaram o setor, o que o empresariado buscava era lucro, e por isso cresceu de maneira rápida atendendo a demanda que era impulsionada pelos programas do Estado.

Fundo de Financiamento estudantil – FIES

Como já comentamos, o primeiro programa de financiamento estudantil chamava-se Programa de Crédito Educativo (PCE) e foi criado em 1975 durante a ditadura empresarial militar. Foi substituído pelo Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC), em 1992, e só recebeu o nome FIES em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante o governo de FHC seu funcionamento era previsto pela Medida Provisória (MP) nº 1.827, de 27 de maio de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. O programa foi criado com o objetivo de conceder financiamento a estudantes em cursos superiores em instituições privadas aderentes ao Fundo.

Segundo os relatórios de gestão, em 2000, com um ano e meio do programa Fies, no governo FHC, foi gasto 415 milhões repassados a 605 instituições de ensino, beneficiando 102.501 estudantes. No último ano do octênio de FHC foram repassados as mantenedoras o

valor de 565 milhões, para 65.808 contratos novos, totalizando 219.204 contratos nos três anos e meio de existência do programa num montante total de R\$ 1,4 bi.

O programa não teve maior adesão nas classes populares por conta da alta taxa de juros que ficava em torno de 6,5%. Ainda assim, já havia um indicativo de que o programa iria crescer por conta da estrutura montada pelo governo para atendimento a demanda e principalmente por ser parte de uma política global, orientada pelos organismos supranacionais, de aumento dos índices de escolarização nesse nível do ensino.

O FIES é, ainda hoje, um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso e permanência dos jovens à educação superior, através do ensino privado. E, se formos verificar o programa mais profundamente, veremos a dinâmica estratégica do governo Lula para consolidação e ampliação do FIES:

- redução da taxa de juros para 3,4% ao ano;
- financiamento de até 100% do curso;
- criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) que substitui a necessidade de fiador;
- possibilidade de pagar o financiamento com trabalho;
- carência ampliada para 18 meses após a formatura;
- prazo de quitação de até 3 vezes o tempo financiado de curso;
- o programa deixou de ter um período do ano para pedir o financiamento e agora é possível solicitar a qualquer momento;
- FIES foi inserido no Plano Nacional de Educação (PNE) como estratégia para melhorar os índices do país;
- possibilidade de beneficiários parciais do Prouni financiarem o restante do contrato.

Enfim, uma série de mudanças foram implementadas para facilitar o acesso dos estudantes, e tem como principal objetivo manter os alunos no programa e fazer com que a clientela seja aumentada. Mas, que alunos são esses? Claramente, o governo trabalhou para favorecer os empresários, sendo assim eles precisam que esse alunos tenham condições de se manter na universidade. E, foi por isso que, recentemente, o governo transferiu a responsabilidade para instituições financeiras quanto a concessão do crédito e análise de risco, dessa forma, menos estudantes pobres iram conseguir o financiamento. Isso significa que:

Oficialmente, todos os estudantes, mais ricos ou mais pobres, terão chance de disputar todas as vagas. Na prática, não é segredo que levarão vantagem os primeiros que têm notas mais altas e perfil socioeconômico mais alinhado

com o tipo de cliente a quem um banco normalmente concede crédito. (Revista Época em 21/07/2017)

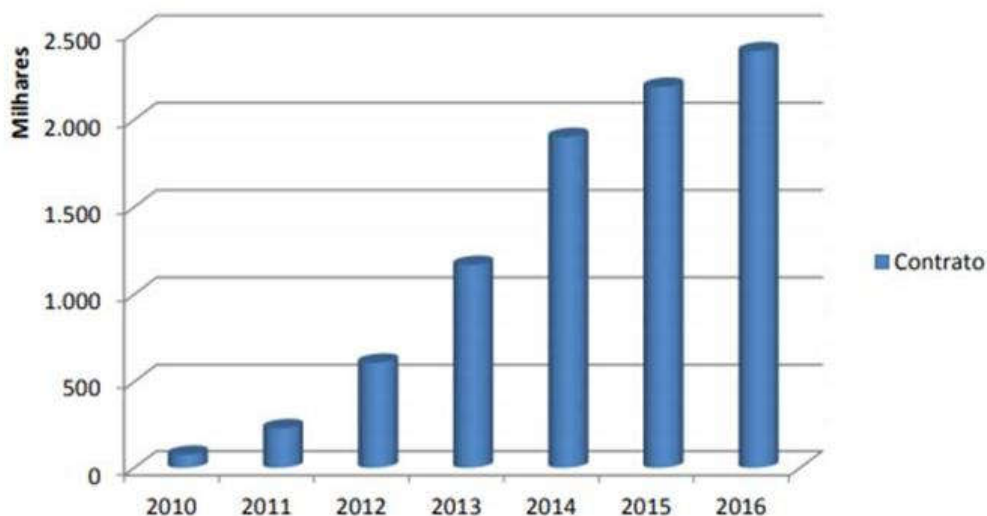
O que vemos é a transmutação de um programa que visava atender a classe popular e que agora passa a selecionar e favorecer de maneira mais acintosa a nova classe média. Bancos não fazem programa social a menos que os beneficiem, bancos vendem dinheiro e não estão interessados em vendê-lo a quem talvez não possa pagá-lo, lembrando que a taxa de inadimplência hoje do FIES gira em torno de 46%, mesmo a taxa de juros estando em 6,5% ao ano, o que é considerado baixa se formos comparar com taxas de empréstimos bancários. Mas, esquecem de dizer que essa taxa de juros é calculada em cima da mensalidade com seu valor cheio, as instituições de ensino colocam suas mensalidade lá em cima para quem vai pagar com o FIES e quem fecha o contrato de pagamento direto com a instituição, paga bem menos. Isso causa um endividamento ainda maior das famílias que, mais cedo ou mais tarde, terão que arcar com os custos desse estudo. E isso acontece quando o estudante está iniciando a sua vida no mercado de trabalho e, hoje o mercado de trabalho não consegue absorver de forma adequada esses graduados e pós-graduados.

O relatórios de gestão anuais demonstram os dados dos gastos, número de estudantes atendidos (contratos) mas não fazem referência regional ou separação por cursos mais procurados, por isso vou me concentrar nas informações desse relatório.

Agora vamos aos dados atualizados do FIES, apresentados pelo MEC no relatório anual de gestão prestação de contas ordinárias de 2016:

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DO FIES 2010-2016

Evolução dos contratos de financiamento



Fonte: portal BI/MEC

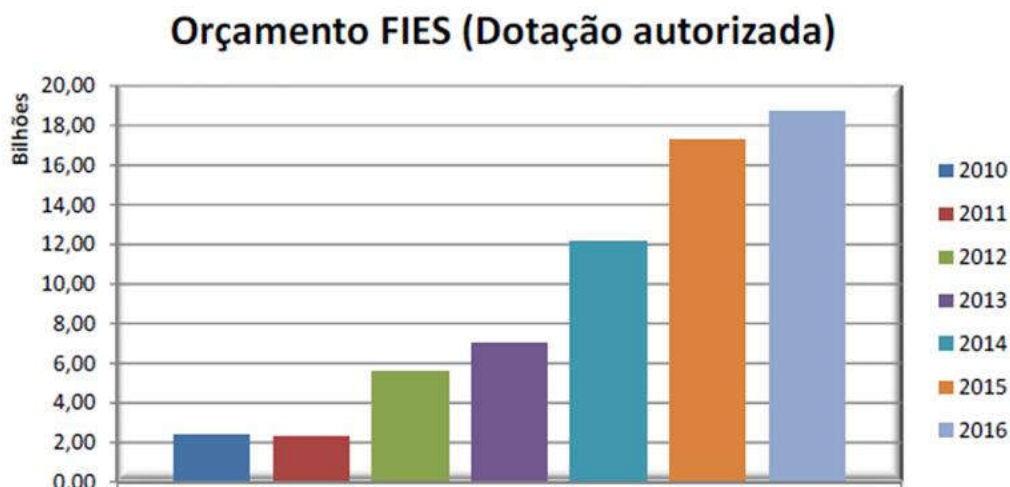
No gráfico podemos comparar a crescente de contratos do FIES. Em 2010 o programa atendia pouco menos de 76 mil estudantes e apenas três anos depois, em 2013, o número de estudantes atendidos passava a marca de 1 milhão de contratos. O que representa um crescimento de 10 vezes em apenas 3 anos. Se olharmos para 2010 e 2016, apenas 6 anos, pulamos para 2,18 milhões de contratos financiados, o Fies veio operando com uma demanda crescente por financiamento. Fica mais fácil entender o porquê o empresariado investiu tanto nesse negócio, principalmente nos governos de Lula e Dilma.

É importante esclarecer que não temos esse dados no governo de FHC, os relatórios do FIES, apesar de começarem a ser publicados em 2000 não trazem dados claros sobre o período de Fernando Henrique Cardoso. Para se ter uma ideia, o relatório do ano de 2000 tem apenas 13 páginas, enquanto o de 2016 tem 165 páginas, trazendo informações sobre o planejamento, execução e resultado mas ainda assim não traz informações sobre distribuição dos atendimentos por região ou curso. Não podemos negar que o acesso à informação foi facilitado nos governos do PT. Os relatórios dos programas educacionais, de todos os níveis de ensino, trazem uma série de informações que, em anos anteriores não tínhamos. Tornando a política de governo menos maquiada já que a informação está acessível em diversos sites do governo e assim comprovando mais facilmente o alinhamento deste governo com as orientações dos organismos supranacionais.

Com o aumento no número de contratos, sobe também o montante destinado ao programa, o qual tanto interessa o empresariado que anseia por morder esse bolo e a nós

interessa para ajudar a esclarecer a expansão do ensino superior e o motivo deste ter sido feito pelo viés privado.

DOTAÇÃO¹⁶ ORÇAMENTÁRIA FIES 2016



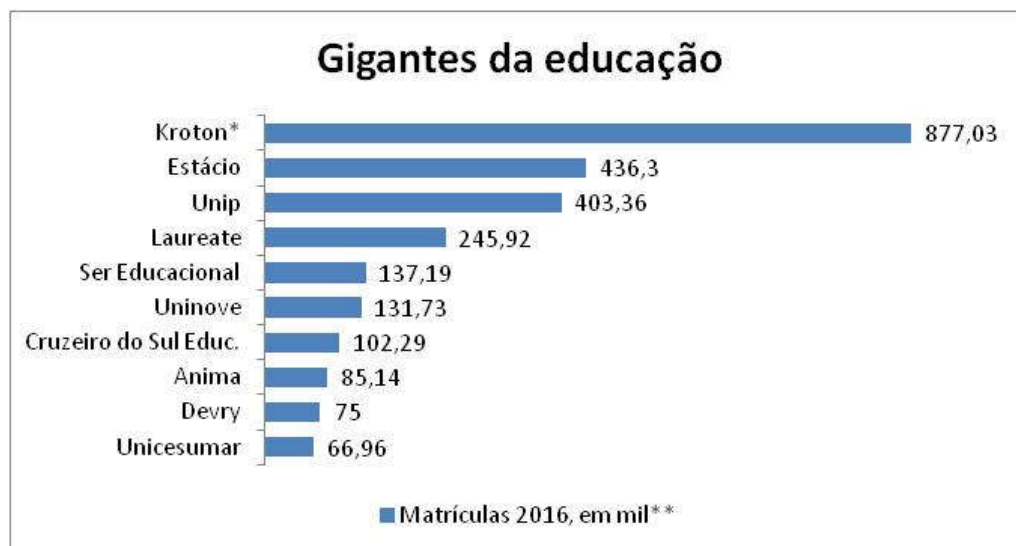
Fonte: Siafi – Tesouro Gerencial

Assim como no gráfico que demonstra a evolução dos contratos, a imagem já demonstra a grandeza do investimento. Em 2010 o gráfico aponta um investimento de pouco mais de 2 bilhões de reais e em 2016 chegamos a marca de quase 20 bilhões de reais investidos no programa. O boletim legislativo, número 26 de 2015, diz que:

O maior destaque fica para a expansão do financiamento para estudantes de ensino superior matriculados em escolas privadas. Esse programa, conhecido como “Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)”, já é o maior item de desembolso federal em educação, a exceção dos gastos em pessoal. Consumiu R\$ 13,8 bilhões em 2014, o que representa um crescimento real de 1.100% em relação às cifras de 2004. Sozinho já representa 15% de toda a despesa federal em educação.

O Fies em 2014 já representava o maior gasto do orçamento em educação do governo federal, e esse montante vai direto para os cofres dos empresários da educação. De lá pra cá ele continuou crescendo como é possível conferir nos dois gráficos anteriores. Os grupos favorecidos pelo Fies e Prouni, também conhecidos como gigantes da educação são:

¹⁶ verba destinada a determinado fim.



Fonte: site UOL e Hoper Educação

*Kroton inclui Anhanguera, Unopar, Fama, Pitágoras e Uniderp; Estácio inclui Uniseb e Laureate inclui Anhembí Morumbi, FMU e UniNorte

**presencial e a distância

Esses grupos, segundo nos mostra Romualdo Portela (2009), após o lançamento em fevereiro de 2007 da Anhanguera Educacional (hoje parte do grupo Kroton) na bolsa de valores, iniciaram um processo de compra de outras instituições que vem acontecendo até hoje e assim foram crescendo, adquirindo instituições menores, para se ter uma ideia, só em 2007 ocorreram 19 aquisições e em 2008 foram 41.

Segundo dados divulgados pela revista Exame, em 22/12/2008, estima-se que o ensino privado movimenta, por ano, R\$ 90 bilhões, o equivalente a aproximadamente 3% do PIB. Ainda não ultrapassa os gastos públicos em educação, mas é importante lembrar que, em 2004, movimentou R\$ 15 bilhões e este montante já era 50% maior do que em 2001. Ou seja, de 2001 a 2008 o setor do ensino privado aumentou seu movimento de capitais de R\$ 10 bi para 90! Nenhum setor na economia brasileira cresceu tanto no período. (PORTELA, Romualdo, 2009, p. 752)

Os dados assustam, pois o ensino superior privado passa a integrar um setor econômico altamente estruturado e complexo, e quem perde são os estudantes que passam a ser visto apenas como clientes.

O ensino privado discrepa do que normalmente se considera como o modelo ideal das instituições de ensino. Neste modelo ideal, o ensino superior se organizaria em universidades, enquanto que no ensino privado predominam as instituições isoladas e outras instituições não universitárias; as universidades deveriam ter um forte componente de pesquisa, que quase não existe no setor privado; as universidades dão ênfase às áreas técnicas e científicas e às profissões clássicas, enquanto que o setor privado se concentra

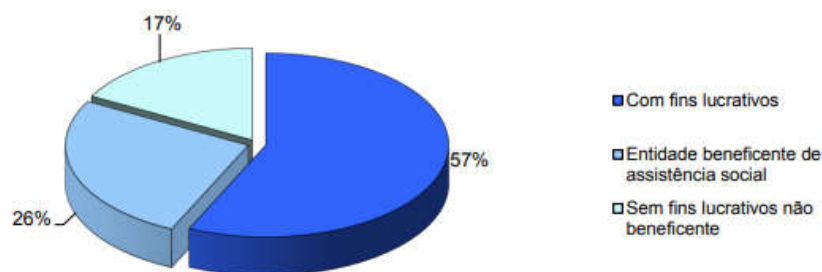
nas profissões sociais; nas universidades, os professores participam das decisões acadêmicas em um complexo sistema de colegiados, enquanto que o poder nas instituições privadas é centralizado. Mais amplamente, a atividade cultural e intelectual costuma ser percebida como de natureza altruística, oposta à busca do lucro, enquanto que o ensino privado, ainda que muitas vezes organizado em instituições não-lucrativas, tem quase sempre um claro componente comercial. (Schwartzman, Jacques e Simon, 2002, p.7)

O que concluímos é que a ideia de expansão da mercantilização da educação superior, implica na dissociação, nesse nível, entre pesquisa e ensino. Em outras palavras, a maioria das IES privadas são escolões de ensino superior (Universidades Shopping Centers), no qual a lógica do aluno enquanto cliente é a única possível. Seguiremos a análise de mais um importante programa do governo para ampliação do ensino superior privado.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

O Prouni surgiu em 2004 no governo de Lula e foi institucionalizado pela lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em cursos de graduação, em instituições de ensino superior privadas (com ou sem fins lucrativos), as IES privadas que participam do programa recebem isenção de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Para participar do programa e ter acesso as bolsas, o candidato precisa comprovar sua condição socioeconômica e atender a alguns requisitos: ter cursado todo ensino médio na rede pública ou ter sido bolsista integral na rede particular, ou ser portador de deficiência, ou, ainda, ser professor da rede pública de Ensino Básico, em efetivo exercício, concorrendo a vagas em cursos de Licenciatura, ter obtido, ao menos, a nota mínima (450 pontos) no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ter renda familiar per capita de até três salários mínimos.

A partir de relatório de 2018 do programa é possível ver número de bolsas, distribuição por região, raça/cor, sexo, bolsistas por categoria administrativa da IES, entre outras informações. Para melhor entender o programa, vamos começar nossa análise a partir da divisão das categorias administrativas:



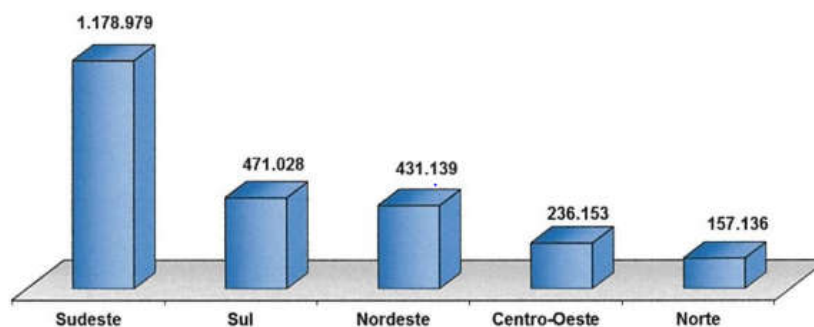
A maioria das instituições beneficiadas pelo programa, 57% delas são instituições com fins lucrativos, sendo a maior parte constituídas pelas Universidades Shopping Centers, que se espalharam pelo mercado massificando o ensino.

Em seguida podemos ver a divisão por região, reafirmando o que já dizemos, o investimento do empresariado da educação se concentra principalmente nas regiões Sudeste e Sul, a maioria das vagas continua aparecendo em estados que tem maior possibilidade de rentabilidade devido ao índice de desenvolvimento da região.

PROUNI

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

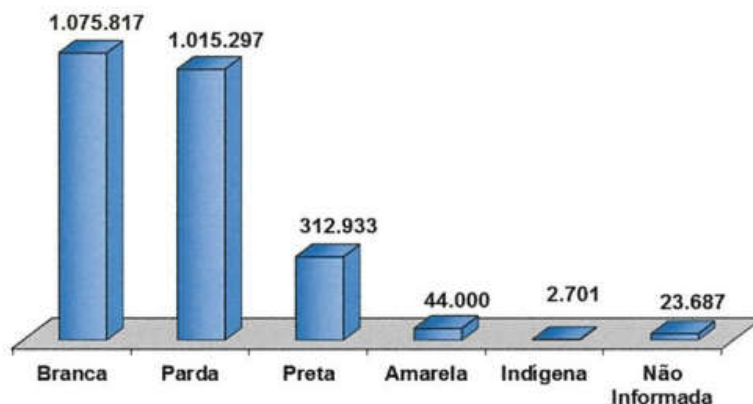
Bolsistas por região



O Sudeste apresenta número muito acima dos demais ficando com 48% da concentração de vagas. A região Sul do país, segundo colocado, fica com 19%, número bem abaixo e, se formos analisar a região sudeste e a diferença entre os estados, veremos que a maior distribuição de bolsas acontece nos estados economicamente mais desenvolvidos, sendo SP o primeiro do índice com 709 mil bolsas de estudos.

Podemos dizer também que, trata-se de um programa que atende essencialmente brancos e pardos, quando olhamos para os índices de raça/cor os números demonstram que

Bolsistas por raça



Se temos um programa que visa reverter o quadro social e de acesso ao ensino superior, e ao analisarmos dados como esses vemos que continuamos reproduzindo o que já acontece nas universidades públicas aonde, a maioria de alunos é branca e de classe média, chegamos a conclusão que tal programa não atende ao que se propõe, talvez isso aconteça por conta do programa não criar mecanismos mais efetivos que foquem nessa modificação social de maneira mais intencional, vemos que reservar um percentual pequeno de vagas não garantirá uma modificação da estrutura da sociedade.

O programa conta com plataforma informatizada para distribuição das bolsas, que se dá a partir dos resultados obtidos pelos estudantes no Enem. Essa distribuição também acontece pela reserva de cotas para afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência. Segundo dados do MEC, o Prouni, desde sua criação até 2016, atendeu mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais e 30% de bolsistas parciais. Assim como o FIES o programa se travesti de política assistencialista mascarando seus ideais neoliberais.

[...] o programa representa para muitos estudiosos (MANCEBO, 2004; CATANI, HEY, GILIOI, 2006; CARVALHO, 2006a, 2006b; ZAGO, 2006) a adesão do governo Lula às concepções neoliberais e às orientações do Banco Mundial à medida que intensifica o processo de estatização das vagas nas instituições privadas por meio da transferência de recursos públicos. Nesse sentido, tal medida foi bastante criticada por promover uma democratização “às avessas”. (BARROS, 2015, p. 371)

Barros ainda aponta que o acesso ao nível superior pela via privada compromete a formação do estudante já que os programas de assistência ao estudante não são suficientes para garantir a permanência, além da baixa ou baixíssima qualidade das IES privadas que participam do programa (Idem).

[...] o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma àqueles que conseguem permanecer no sistema e, talvez, uma chance real de ascensão social para poucos que estudaram no seletivo grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontra-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ou uma promessa não cumprida. (CARVALHO, 2006b, p. 372)

Vemos que o empresariamento apesar de resolver a questão da demanda de vagas sendo altamente beneficiado por programas como Prouni e FIES não atende na qualidade do ensino oferecido. A verdade é que o ensino não se expandiu apenas por conta das políticas de governo orientada pelos organismos supranacionais, criou-se também uma cultura de supervalorização dos diplomas de ensino superior. Talvez isso tenha ocorrido porque durante muito tempo o ensino superior era reservado as elites, e com isso criou um *ethos* em torno da graduação; classes médias e baixas enxergaram uma possibilidade de ascender socialmente através do diploma como aconteceu na ditadura empresarial militar.

O diploma vazio ou inútil é hoje uma realidade. Em matéria publicada pela BBC Brasil em 2016, que traz como tema “Diploma inútil? Por que tantos brasileiros não conseguem trabalho em suas áreas”, a reportagem discute a quantidade de graduados no mercado e como muitos não conseguem exercer suas profissões. Ainda segundo a reportagem, temos um exército de graduados que estão em funções que não necessitam de curso de nível superior, os recém-formados se concentram em poucas áreas do conhecimento e, quando saem em busca de uma vaga no mercado de trabalho, percebem que não há tanto espaço para as mesmas funções. Por isso acabam ocupando posições de nível médio ou técnico. Talvez, esses formandos, não consigam uma colocação numa vaga para qual tem formação, pois se formaram em instituições sem prestígio, além disso, temos questões sociais que vão agir para determinar a colocação deste estudante no mercado de trabalho. Mas, o que o mercado faz é criar novas demandas de ensino, como se o trabalhador ainda não tivesse alcançado a formação necessária, isso explica a crescente procura pela pós-graduação lato sensu, muitas de curta duração e oferecidas através de ensino à distância, o que na maioria das vezes pouco acrescenta a formação omnilateral¹⁷ do indivíduo.

Essa busca por títulos ocorre porque o mercado vende a ideia de formação contínua ou continuada para inserção no mercado de trabalho, mas na verdade o mercado não vai

¹⁷ Segundo István Mészáros a formação omnilateral é o oposto à formação unilateral que é provocada pelo trabalho alienado e pela divisão social do trabalho. Para uma formação omnilateral é necessário entender a relação dialética entre educação e trabalho. Ela é um caminho para construção do ser em seu mais complexo entendimento de ser e estar no mundo, é o meio para emancipar o homem das forças hegemônicas.

conseguir absorver todos esse exército de graduados pois, a maioria das vagas é para o trabalho simples onde não é necessária a formação de nível superior.

Segundo Márcio Pochmann (2007), desde 1999 o país passou a viver uma recuperação econômica com a mudança do regime cambial, antes disso passávamos por uma grave crise do emprego. Pochmann diz que mesmo com a elevação da escolaridade da população, cresceu o desemprego entre os mais instruídos, assim como foram expandidos os postos de trabalho de baixos salários, 90% dos novos empregos criados têm sido com remuneração de até dois salários mínimos mensais. (p.129)

Mas para que o comércio educacional continue girando, os empresários da educação junto ao governo inculcem a ideia de que a culpa está no trabalhador, dizendo que ele não está qualificado o suficiente e assim este trabalhador precisa se atualizar para o mercado de trabalho. Trata-se de um ciclo vicioso e muitos dos formados nessas instituições de mercado não vão alcançar a sonhada ascensão social.

Assim, na tentativa de atrair seu público alvo que procura tanto o crescimento profissional quanto a realização pessoal, o marketing passou a fazer parte das estratégias dos grandes oligopólios para enfrentar a concorrência que se tornou um fato concreto no contexto da educação superior. Bittar analisa que “[...] é nítida a imagem da educação superior associada à ideia de produto, consumo, ou seja, é preciso influenciar, atrair, envolver os consumidores na aquisição do produto denominado educação.” (Ibidem, p. 128)

Capítulo 3

Os anos de Governo do PT: Lula da Silva e Dilma Rousseff

Os quase 14 anos de governo do partido do trabalhadores foram marcados por grandes modificações no sistema de ensino superior. Seus governos implementaram diversas mudanças em programas e leis que tornaram esse nível de ensino um sistema para atender as demandas do mercado. As matrículas saltaram, o número de instituições privadas cresceu, e o número de cursos também seguiu desta forma como vimos nos capítulos anteriores.

Já as universidades públicas cresceram a partir do programa REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Em síntese, o REUNI é um programa de expansão da educação superior e seu principal objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior contemplando o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. No discurso o

REUNI tinha um propósito progressista, mas na prática o que vimos foi um aumento acelerado, uma interiorização das universidades sem que se mantivesse a qualidade como número de bolsas, bandeirão popular, número de professores doutores e abertura de cursos não condizentes com as necessidades locais.

Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil – 2001-2010

Ano	Total	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	IFs e Cefets	%
2001	1.391	156	11,2	66	4,7	1.143	82,2	26	1,9
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	1.367	83,5	31	1,9
2003	1.859	163	8,8	81	4,4	1.576	84,8	39	2,1
2004	2.013	169	8,4	107	5,3	1.703	84,6	34	1,7
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8,0	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8,0	127	5,5	1.966	85,0	35	1,5
2010	2.378	190	8,0	126	5,3	2.025	85,2	37	1,6

Fonte: MEC/Inep

Nota: Foram consideradas em faculdades: faculdades, faculdades integradas, institutos ou escolas superiores, faculdades de tecnologia.

Considerando-se que 85,2% das IES são faculdades (2.025 instituições), pode-se dizer que as IES, no Brasil, são, em sua maioria, instituições de pequeno porte. Mas é nas universidades que se concentram o maior número de matrículas 54% contra 31% das faculdades, segundo dados do Inep. Dessas 2.025 instituições, 1.744 oferecem menos de 10 cursos, e 711 tem um ou dois cursos, concentrando numa única direção.

Então, apesar de ter realizado políticas para o setor público bastante distintas das do governo anterior, para o setor privado, há um aprofundamento das políticas já desenvolvidas durante o governo de FHC. Ainda que as IES públicas também tenham apresentado crescimento, nada se compara ao crescimento do setor privado de ensino. O que ficou conhecido como empresariamento da educação.

Se fizermos uma análise das matrículas por área do conhecimento, vemos novamente um desequilíbrio na concentração de áreas e matrículas:

Área Geral do Conhecimento	Quantidade de IES
Total	800
Ciências sociais, negócios e direito	394
Educação	175
Saúde e bem estar social	72
Engenharia, produção e construção	52
Humanidades e artes	50
Ciências, matemática e computação	44
Agricultura e veterinária	9
Serviços	4

Fonte: MEC/Inep

“Ciências sociais, negócios e direito” e “Educação” representam mais de 60% de todas as matrículas de graduação, ou seja em poucos anos, teremos um exército de formados nas mesmas áreas do conhecimento o que torna a disputa por vagas de emprego ainda mais acirradas.

Distribuição do Número de Matrículas por Área Geral de Conhecimento – Brasil – 2010

Área Geral do Conhecimento	%
Total	100,0
Ciências sociais, negócios e direito	41,5
Educação	21,2
Saúde e bem estar social	14,0
Engenharia, produção e construção	9,9
Ciências, matemática e computação	6,5
Humanidades e artes	2,3
Agricultura e veterinária	2,3
Serviços	2,2

Fonte: MEC/Inep

Nota: Não foram consideradas as matrículas nos cursos de Área Básica de Curso.

Nos estudos realizados pelo INEP em seus Censos fica evidenciado o crescimento das IES e número de matrículas, mas não só isso, o número de doutores nas universidades, foram nos anos do governo do PT que o número de estudantes no ensino superior quase dobrou, o que representou uma revolução na educação, principalmente no ensino superior.

Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

Ano	Total	Pública								Privada	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

Fonte: MEC/Inep

Chegamos a marca de quase 6 milhões e meio de matrículas em 2010, ano em que Lula concluía seu segundo mandato. E reforçando o que defendemos até aqui, se compararmos o total de matrículas no setor público com o setor privado, significa que o setor privado ficou em 2010 com 74% da fatia de matrículas.

Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica – Brasil – 2001 e 2010

Brasil/Regiões	2001			2010		
	Número de Matrículas	% de Matrículas	% População ¹	Número de Matrículas	% de Matrículas	% População ²
Brasil	3.030.754	100	100	5.449.120	100	100
Centro-Oeste	260.349	8,6	7,1	495.240	9,1	7,4
Nordeste	460.315	15,2	28,7	1.052.161	19,3	27,8
Norte	141.892	4,7	5,8	352.358	6,5	8,3
Sudeste	1.566.610	51,7	43,4	2.656.231	48,7	42,1
Sul	601.588	19,8	15	893.130	16,4	14,4

Fonte: MEC/Inep

Notas: (1) Fonte: Pnad 2001/IBGE; elaborado por MEC/Inep.

(2) Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE; elaborado por MEC/Inep.

Se olharmos para a distribuição de matrículas em cursos presenciais por região geográfica, novamente conseguimos comprovar que a grande concentração do setor acontece na região Sudeste. Então, se o governo pretendia a democratização do acesso ao ensino superior, isso não aconteceu da mesma forma nas diferentes regiões do país, mesmo com todos os programas do governo para alavancar o setor. No Nordeste, como aponta o gráfico, temos quase 30% da população do país e só 15% do total de matrículas, enquanto no Sudeste onde temos 43% população, temos 52% das matrículas.

O empresariamento, como demonstramos, não se iniciou no governo PT, ele já apresentava alargamento no governo empresarial militar e seguiu no governo de FHC. O que questionamos até aqui é o porque o governo optou por investir seus recursos nas IES privadas

quando poderia ter acelerado sua rede pública. Não ignoramos que existe um jogo de forças contrapostas que permaneceu durante todo governo da esquerda.

No governo de Dilma também podemos ver um alargamento do número de instituições e matrículas privadas, a tendência se manteve, havendo poucas mudanças não significativas de um governo para o outro.

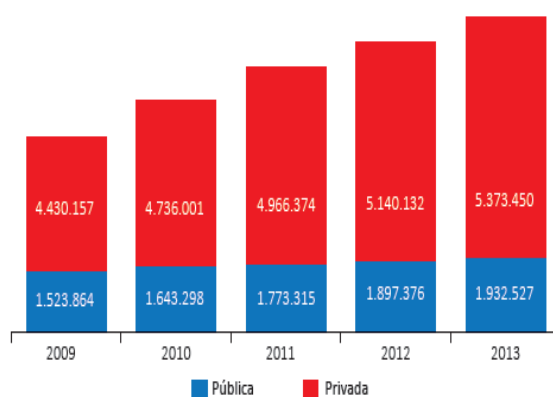
TABELA 1.1 Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2010-2013

Ano	Total	Categoria Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2010	2.378	99	108	71	2.100
2011	2.365	103	110	71	2.081
2012	2.416	103	116	85	2.112
2013	2.391	106	119	76	2.090

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep/Deed.

No Censo da Educação Superior do INEP de 2013 (publicado em 2015), as instituições privadas já alcançavam a marca de 87,4% das IES enquanto as públicas ficavam com 12,6% do total. Além disso, as matriculados no ensino superior chegaram em 2013 ao número de pouco mais de 7 milhões e essas matrículas se concentram majoritariamente no setor privado de ensino.

Vejamos o gráfico:



Evolução do Número de Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2010-2013

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep/Deed.

É possível ver esse crescimento até o final do governo de Dilma e apenas com sua saída vemos um encolhimento do setor público e privado principalmente pela política de desinvestimento adotada pelo seu sucessor, Michel Temer.

O que nos preocupa até aqui foi que os programas do governo para o ensino superior tinham e continuando tendo em sua gênese o incentivo às instituições privadas de ensino, ou seja, eles demonstraram grande estímulo aos empresários do setor que vêem no governo certa segurança para investimento de longo prazo já que a política de governo tem uma predisposição ao fomento para o empresariamento da educação, não só superior, mas aqui, neste trabalho, estamos tratando apenas desta modalidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Mancebo (2004b, p.13):

“[...] longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas”.

A intenção desta monografia era trazer a discussão o empresariamento da educação e tornar claro o porquê o empresariado nacional e internacional tem investido grandes cifras na educação superior e vem formando grandes oligopólios com ampliação das instituições, compra/fusão e abertura de capitais dessas empresas na bolsa de valores, a obtenção de lucro é garantida pelas políticas de governo, os estudantes tem se sido transformados em clientes consumidores e a educação uma mercadoria que deve ser vendida a todos. Não estamos aqui criticando o aumento do acesso mas sim como esse aumento se deu, pois o Estado lança mão de políticas de incentivos e isenções fiscais para apoiar e fomentar a atuação privada, a isenção dada as IES no Prouni, todo esse montante, poderia ter sido investido em instituições públicas, no FIES, os bilhões destinados ao programa para financiar as vagas poderiam ter sido colocados em programas para aumento do número de vagas do setor público, vimos que a grande parte dos que recorrem ao financiamento ficam inadimplentes não conseguindo pagar suas dívidas após formandos pois o mercado não se desenvolveu o suficiente para absorvê-los.

E ainda temos agravantes em relação a formação ofertada por essas instituições, pois se formos discutir aqui qualidade, estamos formando um exército de jovens com diplomas vazios, que não estão preparados para os desafios, pois são formandos em instituições que tem pouco ou nenhum compromisso com a pesquisa e extensão. As críticas recebidas pelo programa foram variadas e compreendem diferentes vertentes e as mais comuns referem-se à transferência de recursos públicos, o que foi debatido a todo momento nesta monografia.

A diferença entre nossas universidades públicas e essas IES privadas são enormes e bem claras. Se de um lado temos instituições de ensino preocupadas com a formação, que assumem a tríplice função ensino, pesquisa e extensão, o que vemos do outro são instituições que tem a educação como um negócio regido pela economia, pouco se preocupam com a pesquisa e a extensão, e o ensino é sempre raso, pouco aprofundado, visam apenas a massificação da educação superior de maneira rápida.

A situação é que os empresários da educação pouco estão preocupados com a formação, eles se ocupam mais das questões como enxugar e racionalizar custos, aumentar seu quadro discente sem necessariamente aumentar seu quadro docente, estratégias de marketing para atrair, impressionar e conquistar clientes, esse é foco, não o ensino, qualidade e formação humana.

Esse direcionamento contribui para a perda de valores humanos, pois prepara o profissional para adaptá-lo a um mercado cada vez mais individualista e competitivo, guiado pelo princípio da descartabilidade, no qual pessoas podem ser facilmente descartadas e substituídas quando esta não corresponde às expectativas do mercado.

Esquece-se assim a principal função da educação que é a formação humana nos seus níveis mais primordiais. Mézaros (2008, p. 9) diz que “a educação não deve apenas qualificar para o mercado de trabalho, mas também para a vida”. Somente com uma educação emancipadora será possível subverter ao modelo capitalista neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BITTAR, M; RUAS, C. M. S. **Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil**. EccoS, São Paulo, n. 29, p. 115-133. set./dez. 2012.

BOLETIM LEGISLATIVO Nº 26, DE 2015 Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26> Acesso em: Março/2018

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no brasil**. 2000. Disponível em: <www.densf.xpg.com.br/ensino_superior_e_universidade_no_brasil.doc>. Acesso em: 26/10/2017

_____. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP/Nupes, 2003 (Documento de Trabalho, 3/03).

MEC. FIES (FINANCIAMENTO ESTUDANTIL). Relatório de gestão exercício 2000 Caixa Econômica Federal. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17548-fies-relatorio-de-gestao-2000&Itemid=30192 Acesso em: 2017

_____. FIES (Apresentação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198:apresentacao&catid=141:fies-financiamento-estudantil&Itemid=303 Acesso em: 2017

_____. REUNI. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/> Acesso em: 2019

_____. Censo da Educação Superior de 2003 a 2016. Acesso em: 2018

_____. Secretaria de Educação Superior/Programas e Ações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes> Acesso em:

_____/BNDES. Programa IES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14195 Acesso em:

_____. ProUni (Apresentação). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&ativo=299&Itemid=298 Acesso em: 2018

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

LEHER, Roberto. Contra-reforma da universidade não diferencia as instituições públicas e privadas, como querem a OMC e a ALÇA. In: **Jornal Combate Socialista**. Local, n. p. 5-8, março de 2004.

LIBÂNEO, José C. Internacionalização das Políticas Educacionais e Repercussões no Funcionamento Pedagógico-Curricular das Escolas. In.: LIBÂNEO, J. C. SUANNO, M. V. R. LIMONTA, S. V. (Orgs.) **Qualidade da Escola Pública: Políticas Educacionais, Didática e Formação de Professores**. CEPED Publicações. Gráfica e Editora América: Kelps. p. 229; 2013

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** / István Mészáros ; [tradução Isa Tavares]. – 2.ed. – São Paulo : Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

PASINATO, Darciel. **Educação no período populista brasileiro (1945-1964)**. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647> Acesso em:

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> Acesso em:

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do Regime Militar**. In: **Cad. Cedes**. [online], 2008, vol. 28, n. 76, pp. 291-312 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em:

SCHWARTZMAN, Jacques e Simon. **O ensino superior privado como setor econômico**. BNDES, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2012. 304 p.

POCHMANN, M.. **Economia Brasileira Hoje: seus principais problemas**. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde. (Org.). Debates e Síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007, v. , p. 65-74.